

Resultados trimestrais do Governo Geral

Sumário Executivo

O Boletim de Estatísticas Fiscais Trimestrais do Governo Geral traz estatísticas das três esferas de governo – Governo Central, Estados e Municípios –, consolidadas no setor Governo Geral, apuradas pelo regime de competência. A publicação faz parte do esforço do Tesouro Nacional de convergência às melhores práticas internacionais de transparência fiscal e antecipa o cumprimento de recomendação do G-20 acerca da disseminação de dados fiscais.

No 1º trimestre de 2019, o total da receita do Governo Geral apresentou crescimento nominal de 7,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, passando de 43,4% do PIB para 44,9% do PIB. Esse incremento foi influenciado principalmente pelas contribuições sociais e impostos, que cresceram 9,2% e 7,0%, respectivamente, em termos nominais. As despesas tiveram acréscimo nominal de 7,3% alcançando 48,5% do PIB. Os principais aumentos foram em juros (13,5%), benefícios sociais (5,7%) e remuneração de empregados (6,2%).

A aquisição de ativos não financeiros (investimento) do Governo Geral registrou decréscimo de 4,9% no 1º trimestre de 2019 em relação ao 1º trimestre de 2018. Adicionalmente, houve redução nas alienações de ativos não financeiros (38,9%) e aumento do consumo de capital fixo (10,7%), tendo como consequência “investimento líquido em ativos não financeiros” negativo de 0,9% do PIB.

Como resultado desses fluxos a necessidade líquida de financiamento do Governo Geral registrou decréscimo nominal de 3,5%, passando de 2,9% do PIB para 2,7% do PIB.

Os resultados das Estatísticas Fiscais Trimestrais não substituem outras estatísticas relacionadas às finanças públicas, como as estatísticas fiscais do Resultado do Tesouro Nacional e do Banco Central do Brasil, que observam aspectos metodológicos específicos.

Tabela 1. Demonstrativo de operações do governo geral – Brasil – 1º Trimestre de 2019

Demonstrativo de operações - Governo Geral	Valores correntes – R\$ Milhões							Governo Geral ²
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo Central consolidado	Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	
Transações que afetam o patrimônio líquido								
1. Receita	489.757	33.436	n.d.	523.193	232.567	178.867	-165.715	768.912
2. Despesa	592.958	30.769	n.d.	623.727	226.063	146.479	-165.715	830.554
<i>d/q 23. Consumo de capital fixo</i>	<i>9.444</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>9.444</i>	<i>10.143</i>	<i>9.255</i>	<i>0</i>	<i>28.841</i>
Resultado Operacional Bruto – ROB (1-2+23)	-93.757	2.667	0	-91.090	16.647	41.643	0	-32.800
Resultado Operacional Líquido- ROL (1-2)	-103.201	2.667	0	-100.534	6.504	32.388	0	-61.641
Transações com ativos não financeiros								
31. Investimento líquido em ativos não financeiros	-5.566	0	0	-5.566	-6.113	-3.645	0	-15.324
Capacidade (+) / necessidade (-) líquida de financiamento (1-2-31)	-97.635	2.667	0	-94.968	12.618	36.033	0	-46.317
Itens de memorando:								
1. Despesa, excluindo consumo de capital fixo	583.514	30.769	0	614.283	215.920	137.224	-165.715	801.713
2. Investimento bruto de ativos não financeiros	3.877	0	0	3.877	4.029	5.610	0	13.517
3. Capacidade (+) / necessidade (-) líquida de financiamento primária	-2.534	2.526	0	-9	23.962	34.325	0	58.279

Fontes: STN, IBGE e BCB

Nota 1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 6.

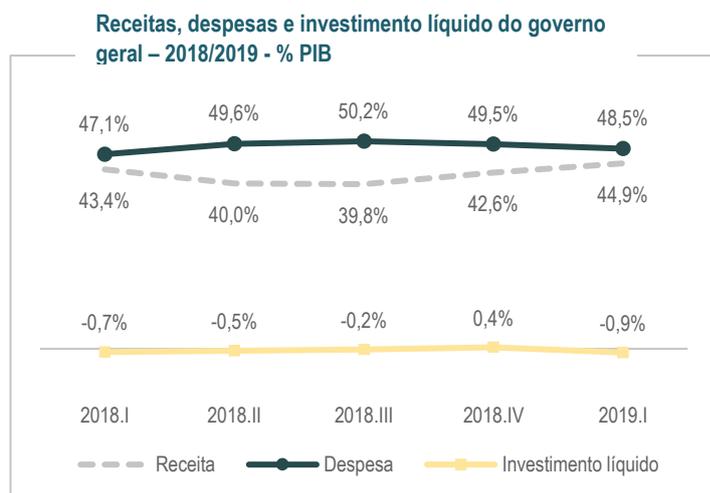
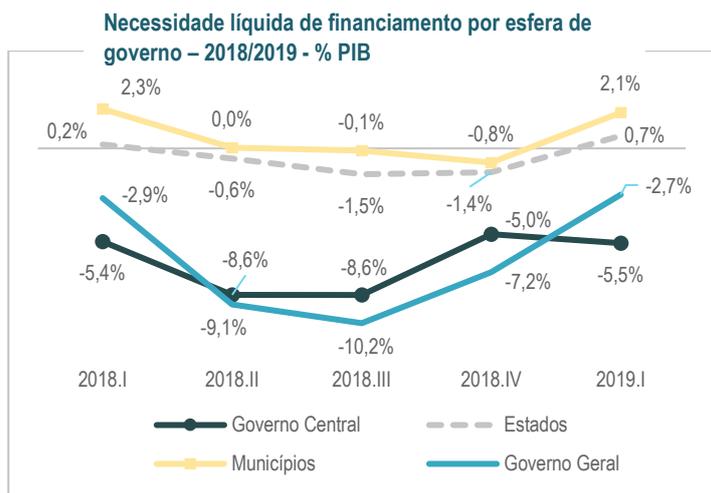
(1) Composto pelo governo central orçamentário, FGTS e Fundo PIS/PASEP. (2) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.

Tabela 2. Demonstrativo de operações do governo geral – Brasil – 2018/2019

	Valores correntes – R\$ Milhões			
Demonstrativo de operações - Governo Geral	2018.I	2019.I	Diferença	Var. %
Transações que afetam o patrimônio líquido				
1. Receita	713.901	768.912	55.011	7,71%
2. Despesa	774.168	830.554	56.386	7,28%
<i>d/q 23. Consumo de capital fixo</i>	26.061	28.841	2.780	10,67%
Resultado Operacional Bruto – ROB (1-2+23)	-34.206	-32.800	1.405	-4,11%
Resultado Operacional Líquido- ROL (1-2)	-60.267	-61.641	-1.375	2,28%
Transações com ativos não financeiros				
31. Investimento líquido em ativos não financeiros	-12.282	-15.324	-3.042	24,77%
Capacidade (+) / necessidade (-) líquida de financiamento (1-2-31)	-47.984	-46.317	1.667	-3,47%
Itens de memorando:				
1. Despesa, excluindo consumo de capital fixo	748.107	801.713	53.605	7,17%
2. Aquisição bruta de ativos não financeiros	13.778	13.517	-262	-1,90%
3. Capacidade (+) / necessidade (-) líquida de financiamento primária	49.028	58.279	9.251	18,87%

Fontes: STN, IBGE e BCB

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 6.



Fonte: STN, IBGE e BCB

Receitas do Governo Geral

Tabela 3. Demonstrativo da receita do governo geral – Brasil – 1º Trimestre de 2019 – R\$ Milhões

Receita	Valores correntes – R\$ Milhões							
	Governo Central ¹				Estados	Municípios	Coluna de consolidação	Governo Geral ²
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo central consolidado				
1. Receita	489.757	33.436	0	523.193	232.567	178.867	-165.715	768.912
11. Impostos	269.371	0	0	269.371	150.333	43.367	0	463.071
111. Impostos sobre renda, lucros e ganhos de capital	152.683	0	0	152.683	0	0	0	152.683
112. Impostos sobre a folha de pagamento e a mão de obra	6.085	0	0	6.085	0	0	0	6.085
113. Impostos sobre a propriedade	66	0	0	66	27.831	23.405	0	51.302
114. Impostos sobre bens e serviços	100.281	0	0	100.281	122.467	19.732	0	242.480
115. Impostos sobre o comércio e transações internacionais	10.256	0	0	10.256	0	0	0	10.256
116. Outros impostos	0	0	0	0	35	230	0	266
12. Contribuições sociais	130.458	33.077	0	163.535	9.553	16.210	0	189.299
13. Transferências / Doações	221	0	0	221	61.207	95.155	-156.583	0
14. Outras receitas	89.707	358	n.d.	90.066	11.474	24.135	-9.132	116.542

Fontes: STN, IBGE e BCB

Nota 1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 6.

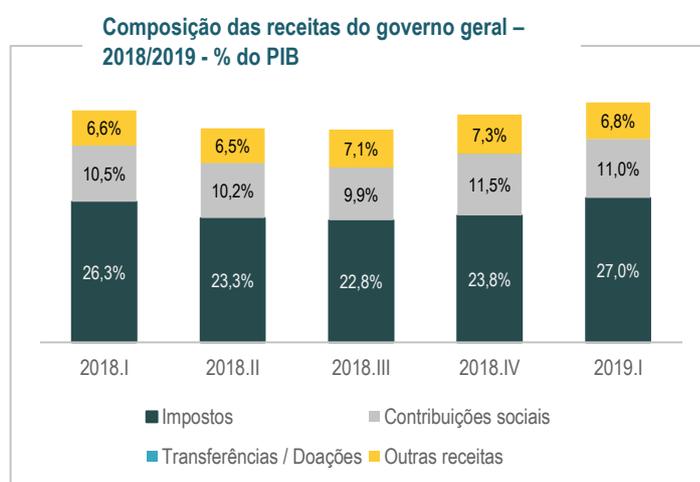
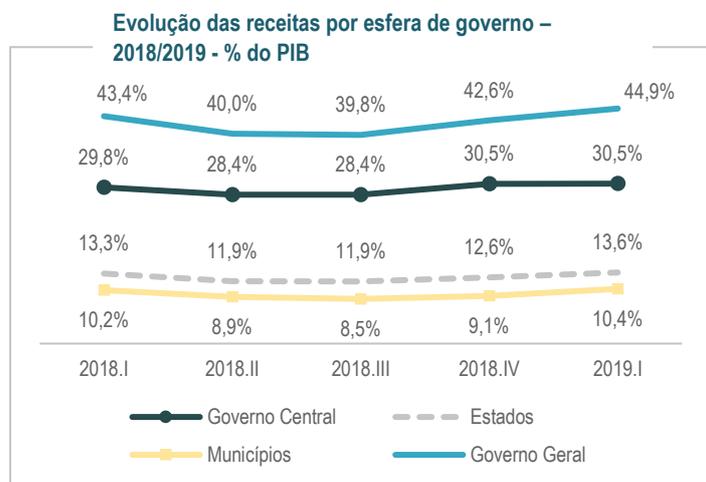
(1) Composto pelo governo central orçamentário, FGTS e Fundo PIS/PASEP. (2) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.

Tabela 4. Demonstrativo da receita do governo geral – Brasil – 2018/2019

Receita	Valores correntes – R\$ Milhões			
	2018.I	2019.I	Diferença	Var. %
1. Receita	713.901	768.912	55.011	7,71%
11. Impostos	432.696	463.071	30.375	7,02%
12. Contribuições sociais	173.394	189.299	15.905	9,17%
13. Transferências / Doações	3	0	-3	-94,91%
14. Outras receitas	107.809	116.542	8.733	8,10%

Fontes: STN, IBGE e BCB

Nota 1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 6.



Fontes: STN, IBGE e BCB

Despesas do Governo Geral

Tabela 5. Demonstrativo da despesa do governo geral – Brasil - 1º Trimestre de 2019

Despesa	Valores correntes – R\$ Milhões							
	Governo Central ¹			Governo central consolidado	Estados	Municípios	Coluna de consolidação	Governo Geral ²
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação					
2. Despesa	592.958	30.769	0	623.727	226.063	146.479	-165.715	830.554
21. Remuneração de empregados	74.703	0	0	74.703	80.409	73.446	0	228.559
22. Uso de bens e serviços	15.963	8	0	15.971	24.043	41.857	0	81.872
23. Consumo de capital fixo	9.444	0	0	9.444	10.143	9.255	0	28.841
24. Juros	151.561	217	n.d.	151.778	12.034	1.167	-9.132	155.846
25. Subsídios	7.425	0	0	7.425	108	89	0	7.622
26. Transferências / Doações	110.755	0	0	110.755	45.751	192	-156.583	115
27. Benefícios sociais	221.197	30.544	0	251.741	43.340	12.004	0	307.085
28. Outras despesas	1.909	0	0	1.909	10.234	8.470	0	20.614

Fonte: STN, IBGE e BCB

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 6.

(1) Composto pelo governo central orçamentário, FGTS e Fundo PIS/PASEP. (2) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.

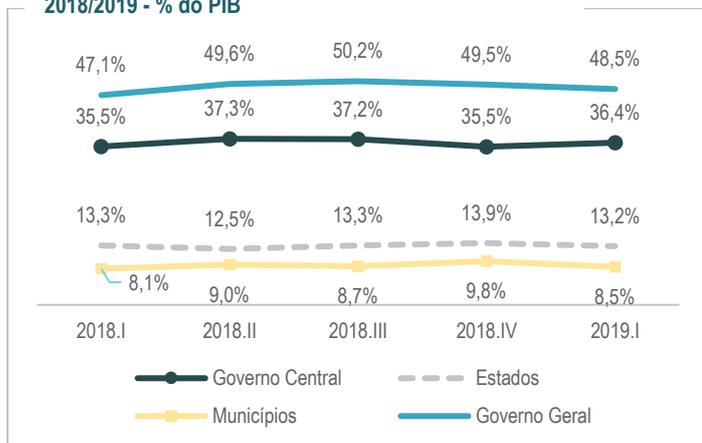
Tabela 6. Demonstrativo da despesa do governo geral – Brasil – 2018/2019

Despesa	Valores correntes – R\$ Milhões			
	2018.I	2019.I	Diferença	Var. %
2. Despesa	774.168	830.554	56.386	7,28%
21. Remuneração de empregados	215.230	228.559	13.328	6,19%
22. Uso de bens e serviços	77.923	81.872	3.948	5,07%
23. Consumo de capital fixo	26.061	28.841	2.780	10,67%
24. Juros	137.354	155.846	18.493	13,46%
25. Subsídios	7.351	7.622	272	3,70%
26. Transferências / Doações	541	115	-426	-78,67%
27. Benefícios sociais	290.616	307.085	16.469	5,67%
28. Outras despesas	19.092	20.614	1.521	7,97%

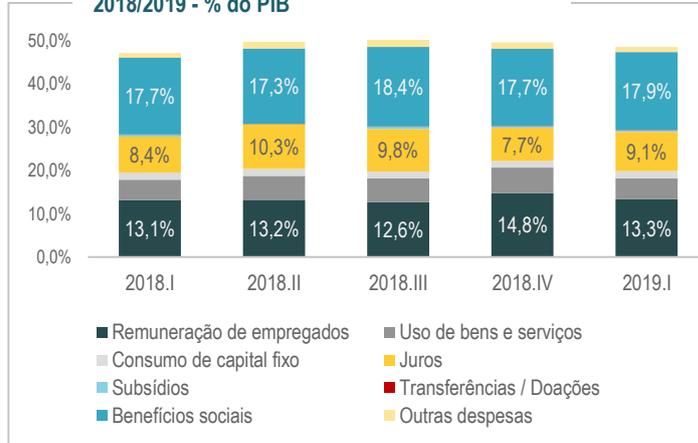
Fonte: STN, IBGE e BCB

Nota1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 6.

Evolução das despesas por esfera de governo – 2018/2019 - % do PIB



Composição das despesas do governo geral – 2018/2019 - % do PIB



Fonte: STN, IBGE e BCB

Investimento líquido do Governo Geral

Tabela 7. Demonstrativo de transações com ativos não financeiros do governo geral – Brasil – 1º Trimestre de 2019

Transações em ativos não financeiros	Valores correntes – R\$ Milhões							Governo Geral ²
	Governo Central ¹				Estados	Municípios	Coluna de consolidação	
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo central consolidado				
3. Investimento líquido em ativos não financeiros (31-32-33)	-5.566	0	0	-5.566	-6.113	-3.645	0	-15.324
31. Aquisição de ativos não financeiros	4.284	0	0	4.284	4.182	5.794	0	14.260
311. Ativos fixos	4.130	0	0	4.130	n.d.	n.d.	0	n.d.
312. Estoques	100	0	0	100	n.d.	n.d.	0	n.d.
313. Objetos de valor	13	0	0	13	n.d.	n.d.	0	n.d.
314. Ativos não produzidos	42	0	0	42	n.d.	n.d.	0	n.d.
32. Alienação de ativos não financeiros	406	0	0	406	153	184	0	744
321. Ativos fixos	41	0	0	41	n.d.	n.d.	0	n.d.
322. Estoques	85	0	0	85	n.d.	n.d.	0	n.d.
323. Objetos de valor	0	0	0	0	n.d.	n.d.	0	n.d.
324. Ativos não produzidos	281	0	0	281	n.d.	n.d.	0	n.d.
33. Consumo de capital fixo (ativos fixos)	9.444	0	0	9.444	10.143	9.255	0	28.841

Fonte: STN e IBGE

n.d.: não disponível

Nota 1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 6.

(1) Composto pelo governo central orçamentário, FGTS e Fundo PIS/PASEP. (2) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.

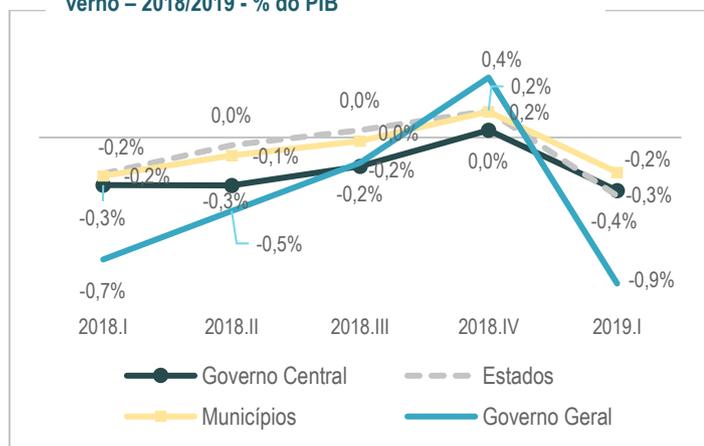
Tabela 8. Demonstrativo de transações com ativos não financeiros do governo geral – Brasil – 2018/2019

Transações em ativos não financeiros	Valores correntes – R\$ Milhões			
	2018.I	2019.I	Diferença	Var. %
3. Investimento líquido em ativos não financeiros	-12.282	-15.324	-3.042	24,77%
31. Aquisição de ativos não financeiros	14.995	14.260	-734	-4,90%
32. Alienação de ativos não financeiros	1.216	744	-473	-38,86%
33. Consumo de capital fixo (ativos fixos)	26.061	28.841	2.780	10,67%

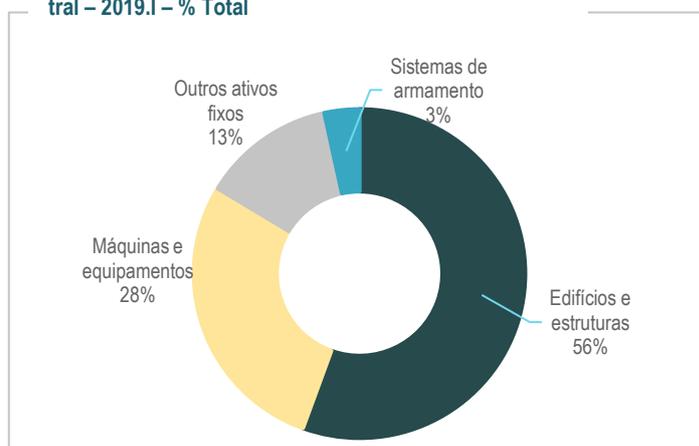
Fonte: STN e IBGE

Nota 1: Informações metodológicas estão disponíveis a partir da página 6.

Evolução do investimento líquido por esfera de governo – 2018/2019 - % do PIB



Composição dos ativos fixos (FBCF²) do governo central – 2019.I – % Total



Fonte: STN e IBGE

(2) FBCF: Formação Bruta de Capital Fixo.

Apresentação

Este relatório apresenta as estatísticas de finanças públicas do governo geral (governo central, estados e municípios) com periodicidade trimestral. As informações aqui apresentadas são compiladas e apresentadas de acordo com a metodologia do Manual de Estatísticas de Finanças Públicas de 2014 do Fundo Monetário Internacional-FMI (em inglês, *Government Finance Statistics Manual – GFSM 2014*). Todas as estatísticas são apresentadas na estrutura do Demonstrativo de Operações, que é um resumo das transações do governo apresentando detalhes das receitas, despesas e investimento líquido em ativos não financeiros.

EFP (Estatísticas de finanças públicas) é um conjunto de conceitos e princípios desenvolvidos pelo FMI com o objetivo de proporcionar um arcabouço conceitual que facilite a análise da política fiscal e possibilite quantificar as ações do governo. As EFP são uma representação econômica da atividade financeira do governo.

As informações são compiladas no âmbito dos Acordos de Cooperação Técnica firmados entre STN e IBGE e STN e IPEA, com o objetivo central de aperfeiçoar as estatísticas fiscais no Brasil no sentido da convergência com os conceitos e metodologias estabelecidas pelo GFSM 2014 do FMI. Neste caso, o objetivo principal é construir agregados econômicos harmonizados internacionalmente – permitindo a comparação entre países – e com o Sistema de Contas Nacionais – possibilitando uma análise mais precisa das relações entre as variáveis fiscais e as econômicas.

Em virtude de questões metodológicas abordadas ao final deste documento, as informações aqui apresentadas correspondem a uma estimativa das finanças do governo geral para o período em análise. Estes números serão revistos e substituídos ao longo dos próximos meses. Os dados definitivos serão apresentados na publicação anual “Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo”, com periodicidade anual.

1. Abrangência

Nesta publicação é considerado o setor institucional governo geral que compreende todas as unidades de governo (central, estadual e municipais) e os fundos de previdência social controlados por essas unidades.

Governo central

O governo central é composto por todas as unidades que integram o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, exceto o Banco Central do Brasil que, dadas suas características, compõe o subsetor de corporações públicas financeiras. Também são considerados dentro do governo central os dados do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), fundo de natureza privada e gestão pública cujos recursos são aplicados nas áreas de habitação, saneamento e infraestrutura urbana cuja principal fonte de receita é a arrecadação compulsória de contribuição a cargo dos empregadores; e o Fundo Remanescente do PIS/PASEP (Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público).

Governos subnacionais (estados e municípios)

A abrangência dos governos subnacionais obedece a mesma composição estabelecida para o governo central. Merece destaque a questão de Fundos de Previdência Social que conforme critério definido para o subsetor governo central, também são agregados aos respectivos entes.

2. Fontes e metodologia

Bases de dados

A fonte primária para a obtenção dos dados do governo central é o Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI. Foram incluídos como partes integrantes do governo central as contas do FGTS e do fundo remanescente do PIS/PASEP, cuja base de informação são os levantamentos especiais de demonstrativos contábeis do FGTS e do fundo PIS/PASEP.

Já as fontes primárias para obtenção de dados dos estados, dos municípios e do Distrito Federal a partir de 2014 são a base de contas anuais e os relatórios bimestrais do FINBRA, do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - Siconfi.

Importante destacar que essa base de dados não cobre a totalidade dos municípios do País, uma vez que nem todos os municípios apresentam suas contas ou muitas vezes as apresentam somente aos Tribunais de Contas subnacionais. Além disto, trata-se de uma base informativa e,

portanto, sujeita a várias inconsistências como, por exemplo, o grande número de declarações nulas. Por estes motivos, foram utilizadas técnicas de imputação dos valores do FINBRA, de modo a ampliar a cobertura de municípios, bem como sua complementação com informações provenientes de outras fontes, tais como portais de transparência municipais.

A mesma lógica de ajuste acima descrita foi adotada na fonte primária dos dados de estados, apesar de nesse caso em especial não ter sido necessária a imputação dos dados faltantes, uma vez que a base primária dos Estados contempla todo o universo de interesse.

Para a construção da base de dados de estados e municípios com periodicidade trimestral foi realizado um acordo de cooperação com o IPEA para o desenvolvimento da metodologia adotada que tem como suas principais características o uso de técnicas estatísticas que: (i) estimam os valores de despesas e receitas da totalidade dos municípios; (ii) transformam os dados anuais em trimestrais; e (iii) estimam os trimestres recentes enquanto os dados anuais ainda não são publicados.

Um ajuste adicional realizado foi o acréscimo nas receitas de contribuições sociais dos valores líquidos de contribuições patronais para financiamento do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS. Esse procedimento se fez necessário devido à necessidade de se equilibrarem os valores entre as despesas com contribuições sociais dos empregadores do Plano de Seguridade Social do Servidor - PSS e as receitas de contribuições ao empregador.

Outra fonte complementar de informação são as informações de receitas e despesas de juros das três esferas de governo em análise. Como o Banco Central do Brasil é o órgão responsável pela produção e disseminação de estatísticas sob a ótica de financiamento, os dados destas contas são fornecidos diretamente pelo Banco. Destaca-se, como exceção, a obtenção (via FINBRA) das receitas de juros dos municípios brasileiros para o período estudado nesta publicação, além dos dados de receitas e despesas de juros das fontes complementares do FGTS e do fundo PIS/PASEP.

Por fim, os valores de consumo de capital fixo do governo geral e as contribuições sociais imputadas para o governo central foram calculadas e fornecidas pelo IBGE e adotadas pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Base de registro

O fluxo de receitas de todas as esferas foi classificado pelo conceito de caixa, ainda que o GFSM 2014 determine a adoção de critério de competência. Do lado das despesas, foi considerado para todas as esferas o conceito de despesa liquidada, que representa o total empenhado e liquidado pelas unidades executoras dos respectivos entes. Cabe destacar ainda que às despesas liquidadas foram adicionados os pagamentos de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores de modo a se criar uma *proxy* do regime de competência, uma vez que esse tipo de restos a pagar ao serem pagos foram, em algum momento, obrigatoriamente liquidados.

O GFSM 2014 também inclui o Demonstrativo de Fontes e Usos de Caixa no qual as estatísticas de fluxos devem ser apuradas no regime de caixa. Este demonstrativo tem como objetivo medir o impacto das operações de governo sobre a demanda agregada.

Consolidação

Consolidação é um método de apresentação das estatísticas fiscais que implica tratar um conjunto de unidades como se uma única unidade fosse. Todas as transações cruzadas devem ser eliminadas para efeito de consolidação em um nível maior de agregação, com destaque especial para as contas contábeis relativas a transferências e juros.

Apesar de esse ser o tratamento preconizado pelo GFSM, dificilmente os distintos setores registram corretamente todas as transações envolvendo as diferentes partes, o que obriga o compilador de estatísticas fiscais a adotar procedimentos específicos para tratamento dos dados. Uma das premissas adotadas no presente trabalho e que tem amparo em manuais metodológicos internacionais, foi considerar que os registros contábeis efetuados pelas esferas superiores são mais consistentes e confiáveis que os feitos pelas outras esferas. Nesse sentido, o registro feito pela União é mais fidedigno que os realizados pelos estados, os quais, por sua vez, realizam registros mais consistentes que os efetuados pelos municípios.

Cabe destacar que ao seguir essa regra, alguns registros realizados pelas esferas inferiores são desconsiderados e novos valores são imputados em seus lugares, o que resultaria em um impacto fiscal caso nenhum outro tratamento fosse realizado. Assim, uma outra premissa adotada para os dados de Estatísticas de Finanças Públicas foi a de que não deveria haver impacto no resultado fiscal quando da realização dos ajustes de consolidação. Ou seja, partiu-se do pressuposto de que as esferas subnacionais realizam todos os seus registros contábeis, mesmo que de maneira não aderente às melhores práticas de contabilidade.

3. Indicadores GFS

Demonstrativo de Operações

Dois importantes resultados analíticos derivam do Demonstrativo de Operações do Governo. São eles:

a) Resultado Operacional Líquido: corresponde a receita menos despesa. É um indicador sintético da sustentabilidade corrente das operações do governo e capta todos os custos correntes de operações governamentais. Deve-se notar que o resultado operacional líquido, tal como definido aqui, exclui ganhos e perdas resultantes de variações dos níveis de preço e outras variações do volume de ativos.

b) Resultado Operacional Bruto: difere do resultado operacional líquido por não incluir o consumo de capital fixo como despesa.

c) Capacidade / necessidade líquida de financiamento: corresponde ao resultado operacional líquido deduzido da aquisição líquida de ativos não financeiros. É um indicador sintético que revela a medida em que o governo coloca recursos financeiros à disposição de outros setores da economia ou utiliza os recursos financeiros gerados por outros setores. Pode, portanto, ser visto como indicador do efeito financeiro da atividade governamental sobre o resto da economia. Excluindo-se as receitas e despesas de juros obtém-se o indicador de capacidade / necessidade líquida de financiamento primária.

Demonstrativo de Fontes e Usos de Caixa

O Demonstrativo de Fontes e Usos de Caixa evidencia a quantia total de caixa gerada ou absorvida por operações correntes; transações com ativos não financeiros; e transações envolvendo ativos e passivos financeiros distintos do próprio caixa. A variação líquida da posição de caixa do governo é a soma do caixa líquido recebido dessas três fontes. As informações a respeito das fontes e usos de caixa são importantes para se avaliar a liquidez do setor governo geral. O indicador fornecido por este demonstrativo é:

a) Superávit / Déficit de caixa: é um indicador que evidencia a necessidade de fluxo de caixa de um setor. Quando é superavitário reflete a disponibilidade de caixa que está disponível para o governo para aumentar seus ativos financeiros ou diminuir o seu passivo. Quando é deficitário, reflete a necessidade de caixa do governo. Excluindo-se as receitas e despesas de juros obtém-se o indicador de superávit / déficit de caixa primário.

Embora o Demonstrativo de Fontes e Usos de Caixa não esteja disponibilizado neste boletim, seus dados estão disponíveis a partir do portal do Tesouro Nacional, no seguinte endereço: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/596509/Demonstrativos+GG.xlsx/ddcd1396-6105-48f7-94c9-e1a56ec62ecc>

4. Revisões

As revisões serão realizadas a cada trimestre, conforme necessário, como resultado de atualização de base de dados, correções e tratamentos metodológicos.

Principais revisões/alterações metodológicas:

Em 2017 foi realizado ajuste metodológico em relação ao tratamento conferido ao Fundo Constitucional Distrito Federal - FCDF que, anteriormente, era incorporado nas despesas do governo central. Os valores das despesas do FCDF passaram a ser registradas no âmbito dos governos estaduais, com o correspondente registro de transferência do governo central.

Em 2018 foi incluído o tratamento para despesas do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que passam a ser incorporadas como transferência de capital às famílias (despesa do governo central orçamentário), correspondente ao índice de inadimplência da carteira (superior a 360 dias) aplicado sobre o volume corrente de desembolsos dos financiamentos em contratos sem garantia do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC) ou do Fundo Garantidor do Fies (FG-Fies), ambos fundos de natureza privada com patrimônio constituído.

Em 2019, visando o alinhamento às práticas internacionais de finanças públicas, se promoveu a alteração do registro do Imposto sobre a Renda e Proventos arrecadado pelos estados e municípios para o Governo Central. Esta alteração busca atender orientação expressa no GFSM 2014 §5.34, que indica que o imposto deve ser atribuído à unidade de governo que exerce a autoridade para impor o imposto e definir suas alíquotas. Por se tratar de imposto de competência federal, conforme estabelece o inciso III do Art. 153 da Constituição Federal, o atendimento da recomendação indica o registro na esfera federal. Até o momento essa arrecadação era mantida nas esferas subnacionais, conforme os valores registrados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI.

Para adequar os lançamentos desta arrecadação foram realizados os seguintes ajustes: 1) na esfera federal os valores das arrecadações de estados e municípios foram lançados como receita de impostos sobre a renda e o mesmo valor como despesa de transferência intergovernamental; 2) nos estados e municípios os valores arrecadados foram reclassificados de impostos sobre a renda para receita transferências intergovernamentais. Esta alteração metodológica não gera impacto nos saldos das tabelas de finanças públicas.

5. Comparações com outras estatísticas fiscais

Os resultados aqui apresentados não substituem e nem se confundem com outras estatísticas relacionadas às finanças públicas, como, por exemplo, as estatísticas fiscais divulgadas no Resultado do Tesouro Nacional (RTN), que observam aspectos metodológicos específicos.

O RTN, publicado mensalmente desde 1995, foi estruturado com base no GFSM 1986. Este manual tinha como objetivo ajudar os países membros na compilação de informações estatísticas, facilitando a análise das operações dos governos e o impacto econômico de suas atividades. As estatísticas de finanças públicas aqui apresentadas são elaboradas de acordo com a metodologia definida GFSM 2014. Uma vez que se baseiam em edições diferentes do manual, existem diferenças conceituais entre as duas publicações.

Da mesma forma as estatísticas dos governos subnacionais apresentadas neste boletim não se confundem com as informações contidas no “Boletim de Finanças Públicas dos Entes Subnacionais” que são produzidas no âmbito do Programa de Ajuste Fiscal (PAF), cujo principal objetivo é verificar o cumprimento das metas estabelecidas nos Programas de Ajuste estabelecidos como decorrência do processo de Renegociação das Dívidas dos estados. Assim, o objetivo principal desta base de dados é fornecer informações que permitam à STN avaliar a sustentabilidade da trajetória do endividamento dos estados.

6. Fontes externas e publicações relacionadas

Base de dados: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/estatisticas-de-financas-publicas>

Publicação “Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo”: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/estatisticas-de-financas-publicas>

Manual de Estatísticas Fiscais: https://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/476865/PFI_Manual_Estatisticas_Fiscais/945c2ec4-a584-4823-9375-ffb22c070f78

Government Finance Statistics Manual 2014: <http://www.imf.org/external/Pubs/FT/GFS/Manual/2014/gfsfinal.pdf>

7. Institucional

Mansueto Facundo de Almeida Jr.

Secretário do Tesouro Nacional

Pedro Jucá Maciel

Subsecretário de Planejamento Estratégico da Política Fiscal

Rafael Cavalcanti de Araújo

Coordenador Geral de Estudos Econômico-Fiscais

Alex Pereira Benício

Coordenador de Estudos Econômico-Fiscais

Equipe Técnica

Fábio Felipe Dáquilla Prates

Fernando Cardoso Ferraz

Gabriel Gdalevici Junqueira

Karla de Lima Rocha

Vitor Henrique Barbosa Fabel

8. Contato

Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais – CESEF
Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco P, anexo, 1º andar, ala B, sala 134
70048-902 - Brasília-DF

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br